

EDUCAÇÃO, EMPODERAMENTO E LEGISLAÇÃO: UM OLHAR CONTEMPORÂNEO SOBRE A IGUALDADE DE GÊNERO NA ESCOLA.

Edilane Batista Ferreira ¹
Andréia Rafael de Araújo ²
Josete Eronides de Souza ³

RESUMO

O presente estudo teve como objetivo principal identificar as situações de gênero no contexto escolar, enfatizando principalmente a igualdade de gênero na escola, o empoderamento feminino e como a legislação é considerada diante desta problemática na contemporaneidade. Assim, por meio de revisão bibliográfica, analisando o ponto de vista de diversos autores e a legislação brasileira, foram abordados conceitos e práticas necessárias para possibilitar os professores a trabalhar este tema tão presente dentro das escolas, da forma mais natural possível. Construir a igualdade de gênero na escola é evitar que processos de discriminação ocorram; entretanto é importante que seja praticada desde os primeiros anos da vida escolar. A participação do docente é necessária para que a sala de aula não seja um espaço gerador e reproduzidor de uma educação discriminatória, e sim um espaço de construção de igualdades, pois sabemos que a escola contribui de forma significativa para a manutenção dos padrões estabelecidos na sociedade. Após análise de materiais teóricos, pode-se observar que há questões relevantes relacionadas a igualdade de gênero que precisam ser ressaltadas para redução de episódios de preconceito e discriminação dentro e fora do ambiente escolar, para a melhoria da educação com foco na inclusão social. A fundamentação teórica baseia-se nos estudos realizados pelos autores Ceccarelli (2000), Rago (2013), Silva; Gomes; Kruczeveski (2018), Seffner (2008), dentre outros.

Palavras-chave: Contexto escolar, Igualdade de gênero, Empoderamento feminino e Legislação.

¹ Graduada do Curso de Letras/Português da Universidade Estadual da Paraíba- UEPB; Especialista em Língua, Linguística e Literatura pela Faculdade Integrada de Patos-FIP; Mestranda em Ciências da Educação pela World Ecumenical university-WUE e Graduada em Letras/Espanhol pela Universidade Estadual da Paraíba-UEPB na modalidade EAD. edilane.ferreira@professor.pb.gov.br;

² Graduada pelo Curso de Letras/Português da Universidade Estadual - PB, Mestra em Letras pela Universidade Federal da Paraíba-UFPB; Especialista em Docência para a Educação Profissional e Tecnológica pelo IFES, e Graduada em Letras/Inglês pela Universidade Cruzeiro do Sul. araujo.andreiarafael@gmail.com;

³ Graduada em Geografia, Universidade Estadual da Paraíba (UEPB), Especialista em Tendências e Metodologias para o Ensino de História e Geografia da Universidade Pitágoras (Unopar), Mestranda do Curso de Ciência da Educação da World University Ecumenical (WUE), Graduada do Curso de Filosofia pela Universidade Estadual da Paraíba (UEPB) na modalidade EAD. josete.souza1@professor.pb.gov.br;

INTRODUÇÃO

O presente artigo vem abordar como a educação desempenha cada vez mais um papel importante na sociedade, sendo responsável por transformações sociais, inclusive em relação à diversidade de nossa sociedade capitalista e excludente. Historicamente, conceitos sociais perpassam por constantes modificações no cenário educacional do século XXI, entre elas a questão de gênero e empoderamento feminino.

Ao citar direitos educacionais, nos PCN,s (Parâmetros Curriculares Nacionais) é afirmado que “deve ser levada às discussões de gênero para dentro do âmbito escolar” desde 1997 (BRASIL,1997, p. 321-322). Sendo assim,

Considerando o papel unificador e delimitador que a escola desempenha por meio de seu conjunto de regras e normas, faz-se necessário que existam boas práticas que promovam o respeito à diversidade e também a realização de discussões que promovam a conscientização crítica acerca da diversidade e, sobretudo, acerca da igualdade de gênero. (SILVA; GOMES; KRUCZEVESKI, 2018, p.110).

A escola tem um papel muito importante de influência pessoal, tanto nos pais e alunos quanto na própria sociedade. Conforme a legislação vigente, postulada na Base Nacional Comum Curricular, enfatiza a importância de se trabalhar priorizando valores, desde os anos iniciais do Ensino Fundamental

Exercitar a empatia, o diálogo, a resolução de conflitos e a cooperação, fazendo-se respeitar e promovendo o respeito ao outro e aos direitos humanos, com acolhimento e valorização da diversidade de indivíduos e de grupos sociais, seus saberes, identidades, culturas e potencialidades, sem preconceitos de qualquer natureza. (BRASIL, 2017, p. 10)

Sabe-se que há dificuldades para se trabalhar certos temas dentro da escola, como o gênero, pois pode ocasionar opiniões divergentes e até mesmo o risco de exposição de algum estudante. Mas na falta desses diálogos alguns problemas também podem aparecer como a indisciplina, a exclusão e evasão escolar, portanto, é de suma importância saber que o papel do professor perante a questão de gênero é altamente insubstituível na mediação da integração escola, família e sociedade e na desconstrução de estereótipos, pois é ele que consegue subsidiar a construção de pensamentos e relações entre os discentes.

Assim, a intenção desta pesquisa é discutir a atribuição da educação na conjuntura contemporânea em mediações de alternativas que possam promover a igualdade de gênero e empoderamento feminino dentro e fora do ambiente escolar, sobretudo qual o papel que os

educadores exercem em relação a importância de solucionar determinadas situações e problemas encontrados em sala de aula e, além disso, torna-se imprescindível o trabalho, desde os anos iniciais do ensino fundamental, com questões relacionadas ao tema, de maneira a compreender que os indivíduos são diferentes, seja homem ou mulher, mas não devem ser vistos como desiguais e sim com o mesmos direitos perante a sociedade.

METODOLOGIA

Como instrumentos para a construção e levantamento dos dados, foram utilizadas pesquisas bibliográficas, tratando-se de uma pesquisa de caráter qualitativa, considera-se que esta investigação é de cunho crítico-analítico. Segundo Koche (1987, p. 122) “O planejamento de uma pesquisa depende tanto do problema a ser estudado, da sua natureza e situação espaço temporal em que se encontra quanto da natureza e nível de conhecimento do pesquisador”.

Esta pesquisa tem como referencial a educação básica, em que envolve estudantes e professores nas redes públicas, frente as desigualdades de gênero persistentes nos dias atuais. A escolha desses sujeitos justifica-se pelo fato de que o processo de construção de identidade encontra-se em pleno desenvolvimento de seus alunos, e o docente tem o papel de mediador e influenciador dessa nova juventude que se ergue, assim como a rede pública de ensino, que atualmente está desenvolvendo cursos de capacitação e formações continuadas para profissionais da Educação, visando à promoção da igualdade de gênero em todas as esferas de poder.

A pesquisa foi estruturada, ou seja, seguiu um roteiro previamente estabelecido, e as análises realizadas foram predeterminadas. Portanto, segundo a abordagem qualitativa, as pesquisas foram analisadas, seus conteúdos classificados e agrupados em categorias de análise.

REFERENCIAL TEÓRICO

A igualdade de gênero é um tema de extrema importância na sociedade contemporânea e também na educação. Conforme Fischer e Marques (2001, p. 05), “a exclusão da mulher no trabalho não encontra explicações nas conjunturas econômicas”. Para as autoras, a hierarquia do patriarcado mantém a mulher numa condição de inferioridade atribuindo-lhe funções de trabalho gratuito o que, segundo elas, é de “grande relevância para a sociedade pensada para o homem” (FISCHER e MARQUES, 2001, p. 05). A escola desempenha um papel crucial na formação de indivíduos e na promoção de valores igualitários. Portanto, é fundamental entender

o referencial teórico que embasa a relação entre educação, empoderamento e legislação, e como esses aspectos estão relacionados com a busca pela igualdade de gênero nas escolas. Neste artigo, exploraremos as principais teorias e abordagens que fundamentam essa temática, destacando o olhar contemporâneo sobre o assunto.

O empoderamento é um conceito central quando discutimos a igualdade de gênero na educação. Ele se refere ao processo pelo qual os indivíduos, especialmente as mulheres, adquirem poder e controle sobre suas vidas, fortalecendo sua autoestima, habilidades e capacidades para tomar decisões e agir de forma autônoma. A educação desempenha um papel fundamental nesse processo, pois pode fornecer as ferramentas necessárias para capacitar as pessoas. Para Berth (2018, p. 43) “O empoderamento visa a estrada para contraposição fortalecida ao sistema dominante, a movimentação de indivíduos rumo ao empoderamento é bem-vinda, desde que não se desconecte de sua razão coletiva de ser”.

De acordo com os estudos feministas, a educação deve ir além da mera transmissão de conhecimentos acadêmicos e promover uma educação crítica e reflexiva, que desafie as normas de gênero e estimule a consciência crítica dos alunos em relação às desigualdades de gênero presentes na sociedade. Isso implica em repensar o currículo, como práticas pedagógicas e os materiais didáticos, de forma a promover uma educação inclusiva, que valorize a diversidade e empodere todos os estudantes, independentemente de seu gênero.

A legislação desempenha um papel fundamental na promoção da igualdade de gênero na educação. Em muitos países, leis e políticas foram implementadas visando garantir a igualdade de oportunidades e o combate à discriminação de gênero nas escolas. Essas legislações podem abordar diferentes aspectos, como acesso igualitário à educação, currículos inclusivos, proteção contra discriminação e violência de gênero, entre outros.

No Brasil, por exemplo, a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (1996) estabelece a “igualdade de condições para o acesso e permanência na escola”, independentemente do gênero. Além disso, a Lei Maria da Penha e a Lei do Feminicídio são importantes instrumentos legais de combate à violência de gênero, inclusive no ambiente escolar.

Atualmente, diversas abordagens contribuíram para um olhar contemporâneo sobre a igualdade de gênero na escola. Uma delas é a perspectiva de gênero como construção social, que questiona a visão binária e fixa de gênero, reconhecendo que ele é uma construção social e culturalmente variável. Essa abordagem incentiva a desconstrução de estereótipos e a valorização da diversidade de identidades de gênero, promovendo a inclusão e o respeito.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Atualmente, a igualdade de gênero vem sendo promovida nas escolas de Educação básica e superior do Brasil. É evidente o quanto a discriminação de gênero acontece nos ambientes escolares, estendendo-se no convívio familiar, religioso, social e político, assim cabe as instituições educacionais gerir projetos que promovam a igualdade de gênero e empoderamento feminino. A mobilização das mulheres ante o lugar estigmatizado e subalternizado se relacionou ao movimento feminista na transformação e na construção de uma perspectiva de ações, leis e subjetividades igualitárias, assim como na busca de outros lugares sociais, empoderamento e modos de existência plurais e mais afeitos à democracia.

De acordo com a Constituição Federal 1988, todos são iguais perante a lei, sem distinção de qualquer natureza, sendo que homens e mulheres são iguais em direitos e obrigações. A Carta Magna também assegura a proteção à família “na pessoa de cada um dos que a integram”. As mulheres já foram equiparadas a escravos e estrangeiros (na democracia ateniense); consideradas “amaldiçoadas” pela igreja católica (na idade média); e cruelmente perseguidas como bruxas (no tempo da inquisição). Eram também proibidas de participarem dos Jogos Olímpicos, podendo ser condenadas à morte, caso fossem flagradas assistindo às competições.

No Brasil, o Código Civil de 1916, às mulheres desempenhavam um papel de submissão e o homem com sua força física exercia poder e autoridade. Todas as decisões familiares ficavam a cargo do marido, que autorizava a esposa trabalhar ou não. Por muito tempo as mulheres também não puderam votar. No entanto, a Constituição Federal de 1988 foi o grande marco para a igualdade de gênero, pois possibilitou a equiparação entre homens e mulheres em alcançar e empoderar todas as mulheres e meninas.

Os princípios da equidade, o respeito à diversidade e as questões de gênero na educação estiveram em intensa discussão nas reuniões com pautas sobre o Plano Nacional da Educação (PNE) e a Base Nacional Comum Curricular (BNCC), pelas entidades constituídas de profissionais da educação, enfatizando a importância de debates em sala de aula para mitigar os preconceitos, as desigualdades e as discriminações.

Na 70ª Assembleia das Nações Unidas, em 2015, foi aprovada a nova Agenda para o Desenvolvimento Sustentável, também chamada de Agenda 2030. Composta por 17 objetivos e com vigência entre 2015 e 2030, esses objetivos representam o andamento de diversas ações e metas empreendidas a nível global em eliminar todas as formas de discriminação de gênero, violência contra todas as mulheres e meninas, incluindo o tráfico e exploração sexual, as

práticas nocivas, como os casamentos prematuros, forçados e de crianças e mutilações genitais femininas. Reconhecer e valorizar o trabalho doméstico não remunerado, bem como a promoção da responsabilidade compartilhada com o/a parceiro/a. Garantir a participação plena e efetiva das mulheres e a igualdade de oportunidades para a liderança e tomada de decisão na vida política, econômica e pública que busque avançar em prol de uma sociedade sustentável, humana, saudável e igualitária.

A identidade social existente na relação entre o casal Adão e Eva, desde o princípio, apresentada em Gênesis, já identificava uma desigualdade de gênero exacerbada, em que a imagem da mulher era tida como “mulher diabólica” (SALLES & CECCARELLI, 2010), responsável pela queda pecaminosa da humanidade e o homem considerado um ser espiritual, primogênito, enganado e tentado pela própria companheira, assim as mulheres eram consideradas seres inferiores e deviam ser submissas aos homens, isso prolongou-se por várias gerações até os dias atuais.

Hodiernamente, todo tipo de preconceito, discriminação e submissão impostas às mulheres ocorrem em vários países, algumas práticas específicas ocorrem em países muçulmanos como: obrigadas a cobrir o corpo e o rosto, impedidas de circular livremente em sociedade e conversar com homens, proibida de ingressar no mercado de trabalho; sujeitar-se à mutilação genital, costume esse que transcorrem em alguns países africanos; enquanto que na China, as mulheres grávidas do sexo feminino praticam aborto em detrimento da preferência social masculina imposta pela sociedade machista e patriarcal.

Nos distintos contextos socioeconômicos a situação das mulheres ainda é muito preocupante, principalmente em países pobres, onde a miséria, a exclusão social e as discriminações de gênero, sexual, étnica e racial são bastantes acentuadas. Na contemporaneidade e perpassando pelas classes sociais, as mulheres são vítimas de violência física, psicológica, moral e sexual, enfrentam dificuldades no acesso ao trabalho, à escolaridade e à participação na vida política. O Brasil apresenta nível de desigualdade social elevado, com indicador 89 em razão da concentração de renda.

Outrossim a desigualdade de gênero mata muitas mulheres, pois o Brasil, segundo as pesquisas é o 5º país com maior índice de feminicídio registrado no mundo, a cada 7 minutos uma mulher é agredida, a cada 11 minutos uma mulher é vítima de estupro e diariamente 7 mulheres são vítimas, sendo que 2/3 delas possuem menos de 13 anos.

A realidade da desigualdade de gênero é uma das violações mais persistente dos direitos humanos em nosso tempo (ONU Mulheres, 2014), essa prática pode mudar consideravelmente, por meio de diálogo e desenvolvendo projetos pontuais nas escolas que promovam a igualdade

de gêneros, removendo barreiras sociais e culturais, barreiras estas que por muitas vezes impedem a sociedade de elevar-se cultural e potencialmente. É essencial que os educadores, possam ajudar essa nova geração a modelar uma nova sociedade mais justa e igualitária, livre de ódio e das desigualdades, pautada em valores à democracia e à cidadania.

Ao acompanhar as discussões referentes ao Plano Nacional de Políticas para as Mulheres como ferramenta para uma escola que trilhe a coeducação, por meio de seus objetivos, metas e planos de ação a fim de materializar políticas para o combate a discriminação, racismo, machismo e desigualdades de gênero, percebe-se como é construído uma potente resistência democrática no diálogo sobre Educação, Emancipação e Empoderamento feminino.

Ao ampliarem seus espaços de atuação, segundo Rago (2013, p.24) as mulheres desenvolveram [...] “novas formas de sociabilidade, reivindicando direitos e transformando a vida social”, lutando contra a violência, batalhando pelos espaços políticos, produzindo conhecimento e levantando bandeiras de luta como o debate sobre o aborto, o exercício da sexualidade, entre outras demandas.

A igualdade de gênero e o empoderamento feminino são temas transversais fundamentais para se discutir no ambiente escolar e falar sobre a desigualdade que ainda é muito recorrente na sociedade, faz-se necessário ressaltar cada vez mais para que as questões de gênero ganhem mais espaço e sejam combatidas. Sabe-se que há muitos desafios em torno dessa temática porque é preciso que promovam políticas públicas eficazes para contribuir com a igualdade. De acordo com LINS; MACHADO; ESCOURA (2019, p. 101) “sendo a educação um valor central, é fundamental refletir sobre o tipo de escola que desejamos criar”. Dessa forma, a instituição escolar e os professores têm papel fundamental nesse processo, aderindo às questões de gênero e empoderamento como temáticas de projetos em sala de aula, desde os anos iniciais do ensino fundamental.

A busca pela igualdade vem sendo discutida por muito tempo na sociedade, entretanto essas diferenças continuam sendo enormes, as mulheres têm conseguido pela sua persistência e competência, chegarem a lugares inimagináveis pela sociedade, como cargos políticos, ocupações de chefia em empresas e entre outras funções que antes competiam apenas aos homens. Nesse contexto, mesmo progredindo ao longo dos anos, o espaço da mulher na sociedade ainda é alvo de críticas. Percebe-se que a valorização do respeito é fundamental para que seja alcançada a igualdade de gênero. Sugerir temas envolvendo o empoderamento feminino e a não discriminação contra as mulheres são importantes para eliminar a desigualdade.

Visto que a instituição educacional é um espaço de aprendizagem, ela traz a

possibilidade de trabalhar temáticas relevantes, compreender os conceitos em torno das discussões sobre gênero, contudo são necessárias para que haja um melhor aproveitamento dos debates sobre o assunto. Um dos principais fatores abordados dentre outros no presente artigo, são os reflexos do domínio patriarcal sobre a sociedade, essa dominação masculina em altos cargos, ou seja, em posições importantes na sociedade seja ela na esfera política, econômica, social, entre outras, carrega consigo a desigualdade de gênero.

Por isso, é mister “[...] investir na educação de homens e mulheres, tendo como objetivo um regime de equidade de gênero.” (SEFFNER, 2008, p. 16), ou seja, sabendo que os indivíduos são diferentes, mas sem a necessidade de serem tratados como pessoas de direitos e deveres distintos, pode ser uma alternativa para a melhoria das desigualdades existentes.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A Educação tem um papel relevante no processo de compreensão das questões da igualdade de gênero e empoderamento feminino, sendo assim a escola precisa estar preparada para tratar dessas questões e principalmente contar com profissionais preparados para dialogar sobre o tema. Com isto, o processo de formação dos profissionais da educação é primordial para que sejam efetivadas ações que desenvolvam o entendimento e a preparação na formação dos estudantes para o século XXI.

Dessa forma, a escola se torna um espaço fundamental para as questões de gênero e empoderamento, porque é nela que ocorre a formação dos sujeitos, sendo assim, a educação considerada por Paulo Freire como “um centro de prática da liberdade” (FREIRE, 1999, p. 36) alicerçada na construção de identidades, pois é nela que os estudantes passam grande parte de suas vidas adquirindo e aperfeiçoando os seus conhecimentos para a sua formação e tornarem-se pessoas livres e influentes na sociedade capazes de promover a igualdade. Colocar em pauta as discussões sobre as questões dessas desigualdades existentes em sala de aula é uma das principais tarefas para os docentes e ao promover a conscientização estudantil desde a base, se torna eficaz para erradicar o preconceito na sociedade.

Nesse contexto, desenvolver uma nova consciência sobre a igualdade de gênero e empoderamento feminino, pode contribuir para tornar cidadãos mais responsáveis capazes de respeitar as diferenças, além disso tem sido uma preocupação recorrente atualmente. Percebe-se que dialogar sobre questões de gênero e empoderamento na escola não é apenas trazer um conteúdo ou realizar uma breve apresentação, mas é buscar oportunizar discussões extremamente necessárias, pois sabemos que todas as questões envolvendo essas temáticas

devem ser trabalhadas de forma expansiva, que possam promover diálogos importantes para a formação de cidadãos.

Os docentes têm papel fundamental nesse processo e a formação continuada é um ponto chave nesse caminho trilhado, porque é através desse conhecimento que muitos conseguem maior suporte em suas práticas pedagógicas na preparação para discussão de questões sociais. Por conseguinte, é fundamental proporcionar trabalhos interdisciplinares em sala de aula que abordam relações de gênero e empoderamento, com debates, interação, participação e reflexão para que os estudantes tenham conhecimento também de leis que regem essas temáticas, sobretudo para que sejam de fato cumpridas e respeitadas, buscando a erradicação e superação de preconceitos concebidos ao longo do tempo pela sociedade, por meio da legislação.

Portanto, para construção de uma sociedade com mais igualdade em todos os aspectos, muitas mudanças são necessárias para que isso de fato venha ocorrer, e essa mudança precisa ser iniciada na escola nas séries iniciais e principalmente ser amplamente discutida em todas as séries. A forma como os temas sobre igualdade de gênero e empoderamento feminino são repassados para os educandos precisam ocorrer de forma acolhedora de modo que seja capaz de promover a mudança e trazer reflexões para os cidadãos, e principalmente estarem inseridas no processo de ensino aprendizagem promovendo assim espaço de igualdade para todos.

REFERÊNCIAS

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria Executiva. **Base Nacional Comum Curricular: educação é a base.** [S.I] Ministério da Educação, 2017. Disponível em: <http://basenacionalcomum.mec.gov.br/images/BNCC_EI_EF_110518_versaofinal_site.pdf> Acesso em: 25 de Maio de 2023.

BRASIL. Presidência da República. (1996, 23 dez.). **Lei n. 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional.** Em Diário Oficial [da] União da República Federativa do Brasil, Brasília, DF. Não paginado. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/Ccivil_03/leis/L9394.htm>. Acessado em: 30/05/2023.

BRASIL, Senado Federal. **Constituição da República Federativa do Brasil: texto constitucional promulgado em 5 de outubro de 1988, com as alterações determinadas pelas Emendas Constitucionais de Revisão nos 1 a 6/94, pelas Emendas Constitucionais nos 1/92 a 91/2016 e pelo Decreto Legislativo no 186/2008.** Brasília: Senado Federal, 2016. p.13. Disponível em: <https://www2.senado.leg.br/bdsf/bitstream/handle/id/518231/CF88_Livro_EC91_2016.pdf>. Acesso em: 25 de Maio de 2023.

BERTH, Joice. **O que é empoderamento?** Belo Horizonte: Editora Letramento, 2018.

CECCARELLI, Paulo R. **Sexualidade e preconceito.** In: Revista Latinoamericana de Psicopatologia Fundamental, São Paulo, III, 3, 18-37, set. 2000.



FREIRE, Paulo. **Educação como prática da liberdade**. 23ª ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1999.

FISCHER, I.R.; MARQUES, F. **Gênero e exclusão social**. Trabalho para discussão 112, agosto/2001.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS (ONU). **Objetivos de desenvolvimento sustentável: Agenda 2030. 2021**. Disponível em: <<https://brasil.un.org/pt-br/sdgs>>. Acesso em: 25 de Maio de 2023.

RAGO, Luzia M. **A aventura de contar-se: feminismos, escrita de si e invenções de subjetividade**. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2013.

SILVA, Aline Oliveira Gomes; GOMES, Daiane Aparecida Alves; KRUCZEVESKI, Lais Regina. **Considerações pedagógicas sobre ensino de sociologia através da perspectiva de gênero**. In: MACHADO, Gabriella Eldereti; OLIVEIRA, Valeska Maria Fortes (Org.). **Gênero, diversidade sexual e educação**. Rio de Janeiro: Eulim, 2018.

_____. Secretaria de Educação Fundamental. **Parâmetros curriculares nacionais: orientação sexual**. Secretaria de Educação Fundamental. – Brasília: MEC/SEF, 1997.

SEFFNER, Fernando. **Homens = sexo, violência e poder: dá para mudar esta equação?** In: BRASIL. Ministério da Educação. **Educação para a igualdade de gênero**. Revista Salto para o Futuro, Ano XVIII Boletim 26, p. 15-19, nov. 2008. Disponível em: http://www.educadores.diaadia.pr.gov.br/arquivos/File/cadernos_tematicos/salto_futuro_educacao_igualdade_genero.pdf>. Acesso em: 25 de Maio de 2023.